

Ernâni Rodrigues Lopes

1º Cong. Nac'l Seg. e Def.
3ª Área Temática
Introdução ao Tema
Centro de Congressos Lisboa
Lisboa - Junqueira
25.JUN.2010
0900-0930h

Capacidades e formas de intervenção

- 0. Introdução: posição do problema
- I. As questões básicas e permanentes
- II. As circunstâncias dos tempos
 - §1. Uma contraposição entre sinais e circunstâncias
 - §2. O confronto com as realidades
- III. Reflexões finais

*

0. Introdução: posição do problema

Esta apresentação:

- não é um texto de especialidade sobre questões de segurança;
- não é uma sistematização do estado da arte do conhecimento sobre a matéria;
- não é, seguramente, um estudo analítico das questões da relação entre capacidades e formas de intervenção, mormente entre dotações orçamentais, estruturação das despesas e sustentação das funções das forças militares e de segurança;
- e, também, não é um discurso, mais ou menos logificado, sobre as novas formas de intervenção e dos correspondentes recursos adicionais que lhes devem/deverão/deveriam ser afectados.

Todas estas perspectivas fazem sentido, possibilitam diferentes leituras, têm várias origens e motivações, suscitam percepções díspares e reacções mais ou menos irresponsáveis.

Mas não cabem aqui - acresce que, na minha vida profissional, já tive oportunidade de conhecer de perto algumas daquelas matérias.

O que, aqui, vos proponho é, simplesmente, uma introdução ao 3º Tema deste Congresso Nacional.

Trata-se de um texto que:

- tenta colocar a questão no seu enquadramento geral de compreensão;
- procura situar-se na óptica do cidadão - e, nessa perspectiva, julgo que contém o essencial elementar a que o cidadão está obrigado, simplesmente porque o é;
- aproveita ferramental teórico de análise económica e das questões estratégicas em termos da geopolítica e prospectiva da evolução dos Estados, dos grupos económicos e financeiros e das empresas relevantes;
- se esforça por ultrapassar as múltiplas barreiras e bloqueios entre os diferentes segmentos da

constelação "segurança e defesa" e situar-se, deliberadamente, na tentativa de uma abordagem em termos do conjunto da sociedade;

- finalmente, tem como preocupação abrir perspectivas para desenvolvimentos posteriores.

I. As questões básicas e permanentes

Ao pretendermos estudar capacidades e formas de intervenção em matéria de segurança, há vantagem, como em todos os objectos de estudo sério, em estabelecer um quadro inicial, um perímetro conceptual de referência, que nos permita reforçar os contornos e sistematizar os conteúdos do tema.

A minha sugestão é a de estabelecer um conjunto de 8 questões básicas e permanentes que, ao delimitarem cada uma delas o correspondente lado de um octógono, estabelecem um espaço teórico no interior do qual o tratamento das questões faz sentido e fora do qual se resume a um exercício de imaginação.

É essa, afinal, a essência da temática da relação entre capacidades e formas de intervenção.

Seleccionámos, então, as 8 seguintes questões:

1- a natureza, o conteúdo e a diferenciação entre os pólos da relação entre meios e fins: uma questão de fundo geral da acção política em todas as suas expressões.

Importa notar que as lógicas de meios e de fins são intrinsecamente diferentes, afectando em profundidade os comportamentos dos actores - aliás, frequentemente distorcidos pelo simples facto da ignorância (ou do repúdio) desta 1ª questão;

2- metodologia específica: traduz o reconhecimento de que cada área de estudo e de acção requer uma abordagem metodológica própria, criticamente avaliada e honestamente utilizada;

3- condições sócio-culturais: a necessidade de conhecer e de respeitar o lastro antropológico-cultural em que

toda a actividade humana se insere e com que, necessariamente, se articula

4- condições geopolíticas: o quadro de relações dinâmicas de composição de forças (nomeadamente, entre diferentes Estados) em que os actores se situam e que constitui o factor gerador das linhas de fundo que se sobrepõem à mera análise de circunstância;

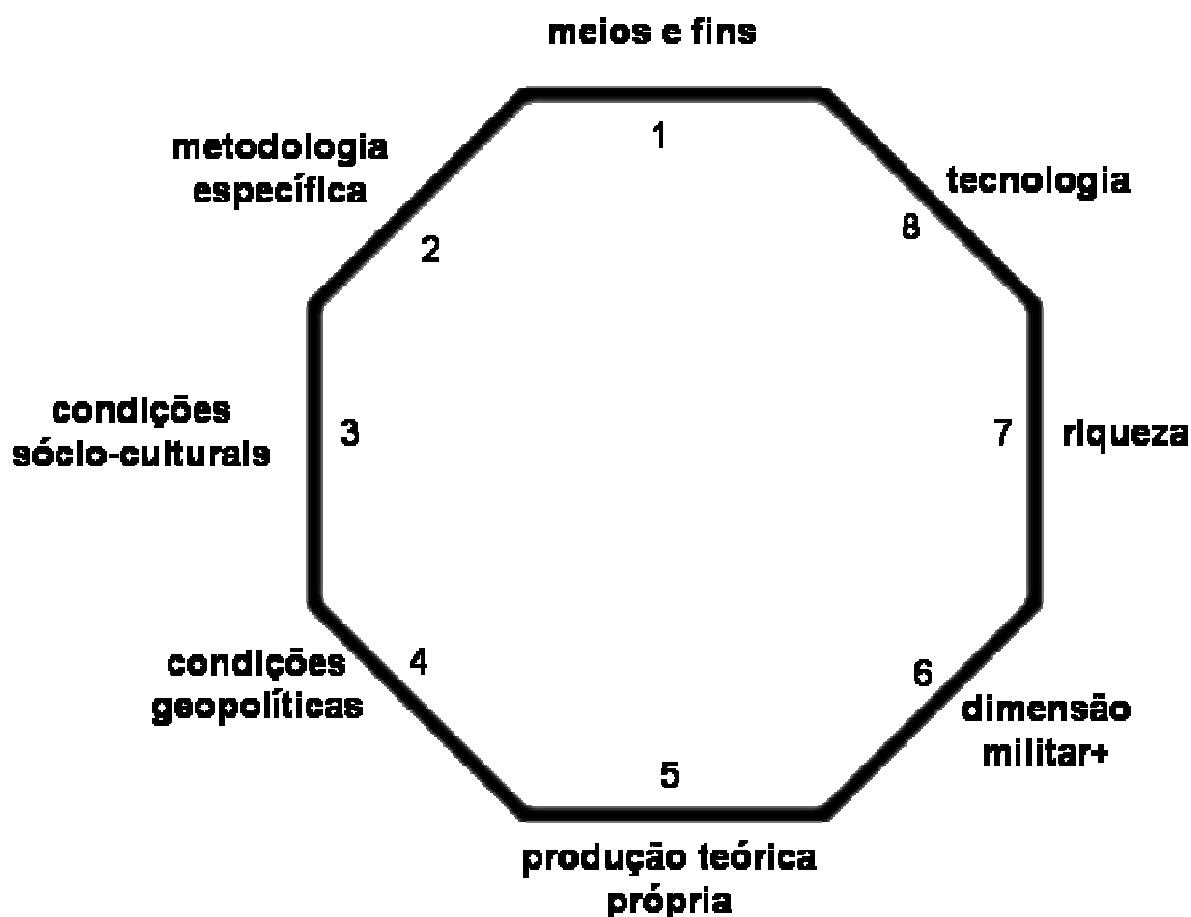
5- a capacidade própria de produção teórica: a peça decisiva para a estruturação de qualquer actuação sistematizada;

6- dimensão militar alargada (militar+): o reconhecimento teórico, doutrinal, sociológico e político da indispensabilidade, para um Estado assegurar a efectividade da sua projecção, de dispor de Forças Armadas interlaçadas com e na sua sociedade civil;

7- riqueza: a evidência, frequentemente esquecida, de que sem capacidade para criação consistente de riqueza, toda a vida das sociedades humanas é posta em questão, quer individual, quer colectivamente;

8- tecnologia: simplesmente, a explicitação do mais poderoso e directo factor de transformação de toda a actividade humana, que se repercute, em pleno, sobre o processo histórico da evolução das sociedades.

Podemos estabelecer uma visão mais sintética deste conjunto de questões recorrendo ao gráfico seguinte:



Poderá ser útil apresentar, ainda, num esquema muito simples, as principais ideias contidas neste polígono de referência.

nº	designação	conteúdo
1	meios e fins	a questão de fundo geral
2	metodologia específica	o ferramental analítico
3	condições sócio culturais	a matriz pré-existente
4	condições geopolíticas	as realidades do enquadramento
5	produção teórica própria	corpus de compreensão analítica
6	dimensão militar+	o componente prático [a expressão de base e de última instância]
7	riqueza	o peso decisivo da realidade factual
8	tecnologia	o factor autónomo de mudança

Conjugando os 2 quadros anteriores, torna-se possível estabelecer um conjunto internamente estruturado de ilações (referentes à realidade portuguesa actual), cada uma correspondente à respectiva questão básica definida no octógono de referência.

Teremos então

- 1') [sobre meios e fins:] já é tempo de atentarmos antecipadamente nos meios e fazer as escolhas prévias.
- 2') [sobre metodologia específica:] a necessidade de assegurar uma visão/concepção global de segurança.
- 3') [sobre condições sócio-culturais:] 1) ultrapassar o enviesamento anti-segurança desencadeado na sociedade portuguesa no contexto revolucionário post-25.ABR.74; 2) analogamente, quanto ao agora prevalecente sentimento de alheamento, sucessor (apenas

diluído) da percepção anterior; e 3) consequentemente, corrigir a leveza da visão de grande parte da chamada "classe política" e do pensamento "politicamente correcto" produzido em alguns meios de intelectualidade chique.

- 4') [sobre condições geopolíticas:] assegurar a confiança e a credibilidade junto dos nossos parceiros, de modo especial e mais intenso, daqueles com que, histórico-culturalmente, mais próximos estamos.
- 5') [sobre produção teórica:] garantir o percurso ao longo da única via que faz sentido, a saber: estudar/investigar/ensinar, i.e., absorver/assimilar/criar/reproduzir

.

- 6') [sobre dimensão militar+ (i.e., a conjugação de múltiplas dimensões do conceito e da realidade da segurança:] a relação entre a esfera militar e a cidadania é, cada vez mais, nas nossas sociedades (complexas, vulneráveis e de nível historicamente muito alto de instrução) um esforço verdadeiramente indispensável; terá de assentar na lucidez e no esforço sistematizado entre cidadãos "civis" conscientes e o nível de consciência dos cidadãos "militares" e das suas estruturas.
- 7') [sobre riqueza:] a conjuntura económica é má e vai continuar a sê-lo por bastante tempo; deste modo, a questão central e nuclear é a da prioridade compreendida, concedida,

explicada e aceite às questões de segurança.

- 8') [sobre tecnologia:] trata-se de cobrir, com eficácia, o ciclo completo da ligação entre o processo científico, o processo de formação de lucros e acumulação de capital e o processo de DES. Deste modo, trata-se de:
- 1) acompanhar/adaptar a evolução do conhecimento científico;
 - 2) proceder às inovações possíveis, nomeadamente no plano da expressão tecnológica;
 - 3) fazer frutificar a dupla ligação de FA's/sociedade civil e universidades/empresas

É com base naquele polígono de referência e com este esboço de estabelecimento do seu conteúdo que poderemos tentar compreender e, porventura, melhor actuar nesta realidade que é a nossa.

II. As circunstâncias dos tempos

§1. Uma contraposição entre sinais e circunstâncias

Cada tempo é inexoravelmente único - por isso mesmo, cada tempo é um tempo.

O fluxo da História tem carácter filogenético, não retorna sobre si próprio - por isso, é um puro exercício de imaginação tentar enfrentar uma situação concreta procurando repor uma situação anterior.

Na actualidade, estamos, mais uma vez, a viver um quadro de profunda transformação.

Do ponto de vista conceptual, nada adianta apreciar, lamentar ou adoptar uma atitude de indiferença ou de afastamento perante esse quadro - em bom rigor, tanto faz!

O que interessa é investigar e tentar compreender 2 processos básicos:

- o significado de "mudança", como alterações no ritmo e na intensidade das transformações;
- a relação do comportamento humano (individual e colectivo) face à "mudança".

No 1º destes processos, está a compreensão de que (contrariamente à visão teórica conservadora, da tentativa de manter/preservar o que existe e é objecto de fruição) a realidade histórica é intrinsecamente dinâmica, contendo apenas ritmos e intensidades diferenciados ao longo do percurso milenar da Humanidade.

Por seu lado, no 2º dos processos, está a verificação de que o ser humano, como qualquer outro ser vivo animal, teme a mudança - fica desconfortável face à alteração do quadro que, melhor ou pior, conhece.

Numa época de grandes transformações (como a actual) e face à complexidade das sociedades desenvolvidas actuais, facilmente se percebem os medos, as hesitações e as dúvidas - porventura, a desorientação - dos Povos,

nomeadamente na Europa, no Japão e, mesmo, nos EUA.

A questão toda, do ponto de vista do processo histórico, está em que os responsáveis, na política, na economia, na gestão e na sociedade, sejam capazes, contra e por cima da base biológica do medo, sejam capazes de assumir e gerir a mudança.

Nas nossas sociedades, a resposta que encontrarmos a esta questão determinará e moldará o nosso futuro.

É neste quadro ultra-complexo (que apenas enuncio em traços genéricos) que se colocam os problemas actuais de segurança.

A noção mais primária de segurança, assente no postulado, mais ou menos expresso, de que "reina a paz e tudo está em ordem" (a que se pode acrescentar: "no melhor dos mundos", em que só há "boas notícias") não passa de uma ilusão - e, porque o é, constitui uma fonte teórica de gestação de ajustamentos repentinos, mais ou menos descontrolados; não é difícil estabelecer um paralelo com os casos do final do Estado Novo em

Portugal, em 1974 ou da implosão do império soviético na Europa Central e Oriental em 1989.

Em contrapartida e como verdadeira questão nuclear em termos de segurança, situar-se-á a busca de um processo controlado de mudança, em que uma estrutura organizacional (p.e., um Estado, uma empresa, um grupo de empresas, uma organização de Estados como a UE) se mostra capaz de: 1) compreender as mudanças no seu enquadramento; e 2) conceber e concretizar as sucessivas respostas estratégicas que lhe permitam sobreviver, afirmar-se e desenvolver-se; não é difícil estabelecer um paralelo com a evolução do Partido Comunista Chinês desde as políticas de reforma de Deng Xiao Ping ou com a chamada "reconciliação franco-alemã" no post-guerra 45 que permitiu a mudança estratégico-estrutural na Europa de então, a que chamamos "construção europeia".

Face à actuação dos factores dinâmicos de mudança, a questão prévia da segurança (do Estado, das empresas, das sociedades, das civilizações) é identificar, discernir

e avaliar os sinais e as circunstâncias de cada situação historicamente concretizada.

Os "sinais" mostram, melhor ou pior, com mais ou menos clareza e nitidez, o que está a ocorrer, ainda que sem expressão óbvia; as "circunstâncias" configuram e, de certo modo, moldam as vias alternativas de acção.

Em termos de segurança nacional, no seu conteúdo imediato interno, no quadro comunitário que se auto-impõe, no contexto atlântico envolvente e na perspectiva global inescapável, importa, obviamente, assegurar:

- 1- a avaliação fundamentada da situação actual, no que ela (obrigatoriamente) significa de 1^a. D. XXI e leitura prospectiva do 1^o Q. XXI;
- 2- a compatibilização entre recursos disponíveis (ou, pelo menos, acessíveis) e capacidades necessárias (ou, pelo menos, incompreensíveis);
- 3- buscar (mais do que os meio materiais e simplesmente financeiros) os instrumentos e

competências de software organizacional e humano que permitam assegurar com eficiência, eficácia e economicidade, o preenchimento dos objectivos de segurança nacional, historicamente relevantes.

§2. O confronto com as realidades

Ao falarmos da articulação entre capacidades e formas de intervenção, o confronto com as realidades constitui o verdadeiro teste ácido; tudo o resto não passa de considerações preparatórias.

O 1º passo desse confronto é, obrigatoriamente, percorrer cada um dos 8 componentes do polígono de referência e preencher um check-list do seu conteúdo na vida real - sem isso, nada!

O 2º passo é saber conceptualizar a ultrapassagem (sempre difícil) da visão estreita e insuficiente da realidade local, enquadrando, com a devida fundamentação teórica, as questões de segurança nacional portuguesa nas suas 4 dimensões de referência:

- 1- segurança e soberania nacional (o alfa e ómega de todo o raciocínio e de toda a actuação);
- 2- segurança e dimensão europeia-continental (a construção europeia, seu futuro e suas sequelas);
- 3- segurança e dimensão atlântico-global (a articulação geopolítica P/EUR/AFR/BRZ e a concepção de Lusofonia como questão estratégica fundamental de Portugal no 1º Q. XXI);
- 4- segurança e globalização (uma das mais profundas transformações da viragem XX/XXI com o duplo processo de desmaterialização do espaço estratégico e compactação do tempo de percepção/reacção/acção).

O 3º passo é, nas circunstâncias actuais de P e da UE, prestar especial atenção à leitura sistémica das questões de segurança - desde logo, de segurança interna, mas também e por repercussão, de segurança nacional.

Trata-se de matéria que já abordei noutra ocasião ¹; bastará recordar, aqui, a questão central que ficou expressa no título do texto: "Crise estrutural e questões de segurança".

O 4º passo é, face às perspectivas das realidades do futuro em Portugal, assumir que se trata de, mais do que gastar mais dinheiro em "mais do mesmo", se trata de afectar melhor os recursos para uma utilização mais (muito mais!) eficaz.

O 5º passo é, como consequência da aceitação do anterior, fazer um esforço de racionalidade que assegure:

- 1- um caminho inteligente para dispor de boa intelligence;
- 2- a produção de pensamento estratégico e de elaboração teórica própria, em Portugal, sobre Portugal e os seus enquadramentos geopolíticos e com trabalho inovador de Portugueses - ninguém

¹ Alocução apresentada na Abertura do Ano Lectivo do ISCPSP - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 11.NOV.2009.

mais pode tratar correctamente das nossas questões senão nós próprios.

O 6º passo é estabelecer um processo consistente de criação progressiva de uma consciência nacional de segurança, em que a articulação com o conjunto da sociedade civil é assunto certamente delicado mas, seguramente, insubstituível.

O 7º passo é o mais difícil: compreender que tudo quanto se faça é limitado, tendencialmente insuficiente e sempre a requerer novas recomposições/reconfigurações; o único factor permanente é servir o interesse de Portugal.

III. Reflexões finais

A segurança, no seu sentido alargado, é uma questão tão presente e complexa como a vida, individual e colectiva - e, mesmo para os mortos, apenas muda de designação: é chamada de "repouso", "descanso eterno" ou "vida

eterna", consoante a estruturação teórico-espiritual de cada observador.

Para merecer e ganhar essa "segurança" importa saber, consciente e conseqüentemente, que ela é o resultado efémero e parcial de uma fiação e uma tecelagem discretas, profundas e sem fim.

Com essa fiação e essa tecelagem é criado um tecido que subjaz ao indivíduo, ao grupo, à Sociedade, ao Estado.

Se o tecido falhar, evidentemente que ficaremos nus - i.e., sem qualquer protecção face às pressões e às agressões do enquadramento.

Por isso, a relação entre capacidades e formas de intervenção, mais do que uma questão teórica, um aspecto técnico-profissional ou um problema financeiro, é, no limite da tensão do processo histórico, uma questão de sobrevivência.

*